

CIDADE

Transporte de carne é irregular em Mariana

Comerciantes não cumprem normas da Vigilância Sanitária para levar o produto aos açougues

BÁRBARA COSTA

ISADORA RABELLO
Carne bovina transportada em carrocerias de caminhonetes cobertas com lona e sem refrigeração. Mesmo irregular, é dessa forma que o produto chega em grande parte dos açougues de Mariana.

De acordo com as normas da Vigilância Sanitária, os veículos para transporte e distribuição de carnes devem possuir compartimentos completamente fechados e termoisolantes. Se a distância do local do matadouro até o da distribuição for superior a 100 km, o alimento deve ser transportado em veículos com câmara refrigerada a -5°C.

Mas não é o que acontece, por exemplo, em um açougue localizado no centro da cidade. “A minha carne chega em Fiat Strada, tampada com lona e o abate é feito por nós mesmos”, afirma o comerciante Antônio Gomes, dono do estabelecimento.

Segundo ele, os comerciantes foram orientados pela Vigilância Sanitária da cidade sobre como proceder. Porém, a maioria, assim como ele, ainda

não providenciou o veículo apropriado. “A Vigilância nos explicou como deve ser feito o transporte. Aqui nós não temos caminhão ainda, mas estamos providenciando”, admite. De acordo com a Vigilância Municipal, os fiscais solicitam ainda ao responsável pelo estabelecimento documentos que comprovem a procedência das carnes comercializadas, através de nota fiscal, sendo recomendada a aquisição em abatedouros que recebam inspeção estadual pelo IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) ou federal pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal).

A venda de carne para a população também precisa respeitar normas de armazenamento. O produto deve ser exposto em balcão frigorífico, pendurado em ganchos de alumínio ou inox, a uma temperatura máxima de 7° C. Se for processada em locais fiscalizados, a carne é segura. Porém, Mariana não possui abatedouro municipal, o que faz com que os animais sejam abatidos em locais sem fiscalização. Se-



Ausência de luvas e carroceria aberta são algumas das irregularidades comuns no transporte de carnes em Mariana

gundo o médico veterinário Francisco de Assis, o abate e o animal têm de ser inspecionados constantemente, para evitar a transmissão de doenças.

Segundo ele, “o boi, para ser abatido, tem que estar isento de doenças.” “A análise deve ser feita antes, durante e depois do abate por um veterinário. O animal é analisado quanto ao seu comportamento e é verificado se existem sinais de infecção”.

Como saber se a carne foi inspecionada?

Deve-se observar se o produto possui etiqueta ou carimbo com selo do SIF, IMA ou do Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Se a carne for transportada em caixas, estas devem estar identificadas com código de barras dos órgãos de fiscalização. Caso haja problema, eles identificam o lote com a origem da carne e retiram de circulação.

Doenças: O consumo de carnes não inspecionadas pode ocasionar várias doenças como: tuberculose; toxoplasmose, que provoca problemas no fígado, pulmão e coração; teníase, que infecta os intestinos, causa dores, náuseas e perda de peso; salmoneloses, clostridíoses, etc.

Plano promete melhorar o transporte público

PAULO VÍCTOR FANAIA

Os transtornos que enfrentam, diariamente, os usuários de transporte público, em Mariana, podem chegar ao fim com o Pla-

no de Mobilidade Urbana, programa iniciado em 2011 pelo Governo Federal. No processo licitatório, em junho deste ano, o plano prevê debates com a popu-

lação sobre a situação do trânsito na cidade.

De acordo com o prefeito Celso Cotta, já está sendo criado um conselho municipal de transporte, e

uma empresa de engenharia de trânsito foi contratada para fazer um estudo da situação de Mariana. “Esse estudo vai embasar uma proposta de transporte urbano. Vamos respeitar eixos principais, com veículos maiores, pensando no que esse estudo vai nos mostrar sobre a necessidade de trabalhar também com veículos menores nos intrabairros”, afirmou.

Enquanto as mudanças não acontecem, cidadãos ainda sofrem com a má qualidade do serviço oferecido. Luciano da Silva Cipriano, morador do Bairro Santo Antônio, é cadeirante e chegou a esperar três horas por um ônibus da Transcotta, o que o ocasionou a perda de compromissos. “Já tem meses que vejo adesivos nos ônibus dizendo que atendem de-

ficientes físicos, mas nenhum até hoje me atendeu. Arrancam com o ônibus e me largam pra trás”, afirma. Ele relata, ainda, que já deixou de ser transportado em situações de emergência. “Fui ao ponto da Policlínica e não consegui o transporte porque minha cadeira (elétrica) estava descarregada. Na hora que eu mais precisei ninguém pode fazer nada por mim”.

Há queixas também sobre a falta de estrutura e segurança nos pontos de ônibus, além da frota limitada e de usuários idosos pagando passagem, apesar do passe livre previsto em lei, neste caso. Em nota, a empresa Transcotta afirma que se “preocupa e zela pela qualidade do serviço prestado aos seus passageiros. Por isso, encontra-se disposta a solucionar even-

tuais reivindicações” dos usuários.

Afirma, ainda, que “os atrasos são ocasionados nos ‘horários de pico’, principalmente pelos diversos ônibus fretados pelas mineradoras, o que gera um enorme congestionamento e culmina, consequentemente, na impontualidade dos veículos que realizam transporte público coletivo”.

Com relação ao atendimento nos bairros distantes, a Transcotta garante que “realizou no ano passado vultosos investimentos para a aquisição de veículos novos com a finalidade de ampliar o fornecimento dos serviços de transporte coletivo nos bairros e distritos de Mariana”. A empresa não respondeu sobre o atendimento a cadeirantes e a outros deficientes.



Usuários reclamam de pontos e ônibus lotados nos “horários de pico”

EDUCAÇÃO

Creches em Mariana: descaso com a população

BRUNA MATTOS

A dona de casa Celita Silva, 26 anos, moradora do Bairro Cabanas, peregrinou por creches procurando vaga para sua filha de três anos, sem sucesso. Como não tinha com quem deixar a criança, pediu demissão do trabalho.

“Quando vou na creche eu pergunto ‘e aí vai surgir a vaga?’ E eles me respondem que não está cabendo nem mais um menino”, afirma. Atualmente, Celita conta com a ajuda de sua mãe e do pai da menina para se manter.

O artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que “é dever do Estado assegurar atendi-

mento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Mas não é o que acontece em Mariana, onde são ofertadas 530 vagas em cinco creches nos bairros Rosário, Santo Antônio, Centro, Santa Rita de Cássia e no distrito de Passagem, informou a Secretaria de Educação, em ofício. O número ainda é insuficiente para atender a procura, e a previsão é que sejam criadas mais 170 vagas até 2016. No entanto, seriam necessárias 226.

A faxineira Débora Lourenço, 25, mãe de quatro meninas, é uma das prejudicadas por não haver creche em seu bairro, Mor-

ro do Santana. Para atender a caçula, de dois anos, a solução foi arcar com as despesas pagando para uma parente cuidar da criança.

A conselheira do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Miriam Malta, confirma que a demanda por vagas é muito grande e que todos os pedidos que chegam até o Conselho são repassados à Secretaria de Educação.

Ela admite também que as denúncias referentes aos pais que deixam seus filhos com os irmãos mais velhos têm ocorrido com frequência. Nesses casos, além de aconselhá-los sobre a responsabilidade deles, caso ocorra algo com a

criança, o Conselho requisita à Secretaria de Educação vaga em uma creche.

De acordo com o órgão, a previsão é de que até o final de 2016 sejam construídas dez creches, sendo que as obras de duas delas já estão em fase de licitação. A previsão é de que estejam prontas até 2014. Os bairros contemplados serão Rosário e Vale Verde.

A partir do ano que vem, crianças de quatro e cinco anos serão atendidas nas escolas, em horário integral. De acordo com a Secretaria de Educação, essa saída visa amenizar a situação, mas não é a solução final para o problema.



Por não ter onde deixar a filha, Celita não consegue emprego